

A esperança (na) matemática

A esperança é sem dúvida uma das características únicas do ser humano. Ter esperança é demonstrar um desejo de obter resultados positivos que podem estar relacionados com a possibilidade de mudança.

Foi a esperança na mudança que levou a APM a aceitar a proposta da Secretaria de Estado da Educação de, sob a coordenação da Direção Geral da Educação (DGE), elaborar um conjunto de orientações de gestão que permitissem às Escolas e aos professores tomarem opções que minimizassem as dificuldades sentidas na implementação dos Programas e Metas Curriculares de Matemática do Ensino Básico e de Matemática A do Ensino Secundário.

Em Matemática, na teoria das probabilidades, a esperança matemática de uma variável aleatória é a soma das probabilidades de cada possibilidade de saída da experiência multiplicada pelo seu valor. Isto é, representa o valor médio “esperado” de uma experiência se ela for repetida muitas vezes... E quem sabe se não foi tendo em consideração esta definição e, é claro, o clima de “consensos” do atual governo, que a Secretaria de Estado da Educação decidiu propor a constituição de dois grupos de trabalho, um para o básico e outro para o secundário, com a participação da APM mas também da SPM e de duas professores convidadas para o grupo do básico.

Como é hábito na APM, constituíram-se de imediato grupos de apoio com diversos associados de todos os graus de ensino que através do intercâmbio de ideias e das suas próprias experiências participaram ativamente na discussão e elaboração de documentos que, a seu ver, permitiriam minimizar alguns dos problemas resultantes da implementação dos Programas e Metas.

Como a esperança requer perseverança, isto é, acreditar que algo é possível mesmo quando há inúmeras indicações em contrário, lá fomos nós, as escolhidas como representantes – eu, a Adelina Precatado e a Margarida Rodrigues – cheias de propostas de anulação, de reformulação, de substituição, de metodologias, enfim, de tudo o que nos permitisse aproximar os atuais Programas e Metas Curriculares daquilo que entendemos dever ser uma educação matemática para todos os que frequentam a escolaridade obrigatória, sejam do ensino básico ou do secundário.

O “reflexo” das inúmeras horas de reunião, dos dois grupos de trabalho foi, entretanto, apresentado às Escolas e, como previsto e esclarecido pelo Senhor Secretário

de Estado, João Costa, não houve alteração aos atuais Programas em vigor. Ao lermos os documentos apresentados pela DGE, cujo texto pretende conciliar os diferentes pontos de vista da APM e da SPM, da opinião das professoras convidadas e das questões levantadas pelas Escolas, professores e encarregados de educação, o balanço é claro – quer no ensino básico, quer no ensino secundário - os atuais programas em vigor mantêm na sua essência aqueles que são os pontos de divergência acerca do Ensino e da Educação Matemática entre o que a APM defende e o que foram as opções políticas do anterior governo.

No ano que agora se inicia, as questões mais importantes continuam, conseqüentemente, por responder: Qual o futuro reservado aos atuais Programas e Metas Curriculares? Como poderemos trabalhar, mais uma vez, em direção a Novos Programas quando neste momento os nossos alunos, em apenas nove anos de escolaridade básica, já passaram por três programas de Matemática? Será possível explicar novas mudanças aos Pais e Encarregados de Educação, às Editoras, à Comunicação Social?

O contributo mínimo apresentado nos dois documentos intitulados “Orientações de gestão curricular”, não permite a todos nós professores, mais uma vez, baixarmos os braços. Desta forma apelo a que todos continuemos a tentar encontrar as melhores soluções para a sala de aula mas, sem deixarmos de levantar nos grupos disciplinares, nos conselhos pedagógicos e principalmente na tutela, todas as questões que considerarmos pertinentes e que permitam caminhar para a melhoria das aprendizagens na Matemática.

Apesar de todas as condicionantes, o mais importante, é saber o que se pretende da Educação Matemática para todos, nos 12 anos de ensino obrigatório. Será que aceitamos que prevaleça aquela que foi a opção clara do Ministro Crato – encarar a disciplina de Matemática como seletiva e cujo objetivo principal é a preparação de alunos para o ensino superior?

E volta a esperança... a esperança que com uma reflexão participada, conjunta, informada e corajosa... a matemática possa contribuir para a formação integral de futuros cidadãos conscientes, preparados e capacitados para todo e qualquer que seja o seu percurso de vida.

TERESA MOREIRA
DIREÇÃO DA APM